

Mr. da Costa, Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. *Mr. da Costa, Consul General of Brazil in England.*

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i1.2747>

Péricles Pedrosa Lima

Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Professor de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Email: periclespedrosa@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2360-5435>

Recebido em: 13/04/2019 – Aceito em 04/06/2019

Resumo: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na Colônia de Sacramento, território que pertenceu a Coroa Portuguesa, e faleceu em Londres aos 49 anos antes de assinar-se no Rio de Janeiro o decreto de sua nomeação para Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. Homem revolucionário, incansável em sua luta pela emancipação do Brasil e construção da cidadania, havia sido indicado por José Bonifácio de Andrada para o cargo de 1º Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. No início do século XIX por quatorze anos e seis meses, *Mrda Costa* escreveu e publicou em português na capital inglesa o periódico intitulado *Correio Braziliense*. A publicação mensal representava um amplo projeto político e cívico, mais do que um projeto jornalístico. O periódico é fonte de estudos das manifestações revolucionárias ocorridas na América, da expansão e queda do Império Napoleônico e do Congresso de Viena.

Palavras-chave: Emancipação, América, Periódico, Cidadania.

Abstract: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonçawas born in the Colony of Sacramento, a territory that belonged to the Portuguese Crown, and died in London at the age of 49 years old, before signing the decree of his appointment as Consul General of Brazil in England in Rio de Janeiro. A revolutionary man, tireless in his struggle for the emancipation of Brazil and the construction of citizenship, he had been nominated by José Bonifácio de Andrada to the position of 1st General Consul of Brazil in England. In the early nineteenth century for fourteen years and six months, Mr da Costa wrote and published in Portuguese in the english capital the newspaper entitled *CorreioBraziliense*. The monthly publication represented a broad political and civic project, more than a journalistic project. The journal is the source of studies of the revolutionary manifestations in America, of the expansion and fall of the Napoleonic Empire and of the Congress of Vienna.

Keywords: Emancipation, America, Newspaper, Citizenship.

Introdução

Na cidade de Londres do início do século XIX, por quatorze anos e seis meses foi publicado o periódico *Correio Braziliense ou Armazém Literário* e podia-se obter a assinatura da obra na casa de *Mr. da Costa*, nº 1, New Inn, Wych-street, Temple-bar; ou através de *Mr. Lewis*, Paternoster-row, Cheapside; ambas as moradas também em Londres. (DOURADO, 1957) O que pretendia o redator com este periódico publicado em português na capital inglesa? Quem possivelmente financiaria esta pu-

blicação? Procuraremos ao longo deste texto responder a estas questões. Entre 1807 e 1811 Portugal foi invadido por três vezes pelos exércitos franceses e a ocupação das tropas napoleônicas gerou um período de instabilidade política, resistência e violência. A partida da corte portuguesa para o Brasil deixara Portugal numa situação inusitada, com a ideia de salvação do Príncipe e da Família Real, enquanto a população ficava à mercê dos invasores. O monarca, a corte e a capital do Império Português foram transferidos para o Brasil em uma decisão estratégica que veio salvar a soberania portuguesa e a integridade do império, mas trouxe como consequência uma duplicação administrativa. Em Portugal, o território ocupado foi transformado em campo de batalha para o exército francês e britânico, enquanto no Brasil o monarca realizou, entre outras coisas, a reconstrução dos espaços políticos da monarquia portuguesa, a abertura dos portos ao comércio internacional, a assinatura de tratados, efetivou a ocupação e desenvolvimento do território, incentivou as manufaturas, proporcionou a criação de um banco, da imprensa e de escolas, medidas estas que abriram caminho para a posterior independência da colônia (ALEXANDRE, 2007). Por outro lado, e apesar da derrota do exército francês, o processo desencadeado pela invasão de Portugal acabaria por conduzir à difusão de uma nova ideologia liberal em um território ocupado, destruído e abandonado. Portanto, tudo isso era o princípio do fim. As invasões, ao conduzir Portugal a uma profunda crise econômica e financeira tornando-o refém dos ingleses no aspecto político, militar e econômico, iniciaram uma convulsão que conduziu ao que designamos “crise do Antigo Regime” (CARDOSO; MONTEIRO; SERRÃO, 2010).

A família real e grande parte de sua corte que fizera a travessia do Atlântico, fato inédito para a história dos monarcas europeus e um ousado feito humano para o início do século XIX, inauguraram uma nova etapa da História de Portugal e do Brasil. O periódico *Correio Braziliense ou Armazém Literário* nasceu nesta Europa devastada pelas guerras napoleônicas e, a partir de Londres, foi mensalmente construindo a conscientização política, social e econômica dos letrados no Brasil e também no Portugal abandonado. É composto por 29 volumes editados entre 1808 e 1822 e tinha como objetivo, entre outros, a luta pela emancipação das colônias americanas, o progresso industrial e científico, a monarquia constitucional, e por fim, a independência do Brasil e a abolição da escravatura. Sendo assim, comentava abertamente sem qualquer tipo de censura os aspectos da política portuguesa. Teve, conseqüentemente, grande influência no jornalismo que se praticou no Brasil no período da Independência (DOURADO, 1957). As metas revolucionárias de seu fundador e redator obrigaram o mesmo a se refugiar na Inglaterra e de lá produzir a sua vasta obra e assim, enviá-la para Portugal e para o Brasil. Como periódico livre da censura portuguesa e tendo sido editado dentro de um país onde vigorava a liberdade de imprensa, foi alvo de constantes ataques, seja pelo seu conteúdo, seja diretamente à pessoa do redator. Vários autores, em Portugal e no Brasil, desde o fim do século XIX, têm se ocupado do estudo deste periódico e da biografia do redator. Poderíamos destacar os trabalhos de Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, “Hyppolito José da Costa Pereira”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Alcebiades Furtado, “Biografia de Hippolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Carlos Rizzini, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Mecenas Dourado, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. João Pedro Rosa Ferreira, “O pensamento político de Hipólito José da Costa”, *Revista de História e Teoria das Idéias*.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu em 13 de Agosto de 1774 na colônia de Sacramento, povoação portuguesa na margem oriental do Rio da Prata, hoje território do Uruguai. Era filho de Félix da Costa Furtado de Mendonça e Ana Josefa Pereira de Mesquita, sendo o pai

de Saquarema, no Rio de Janeiro, e a mãe da colônia de Sacramento e descendente de uma família portuguesa da região de Braga, Portugal. Realizou seus primeiros estudos na cidade de Porto Alegre e, posteriormente, formou-se na Universidade de Coimbra em Filosofia e Leis. Foi preso em julho de 1802 quando retornava de uma viagem à Londres em sua militância pela Maçonaria, a qual havia aderido anteriormente em outra viagem à Filadélfia. Hipólito conseguiu escapar da prisão em Agosto de 1805 refugiando-se novamente na Inglaterra onde fundou e publicou a partir de Junho de 1808 até Dezembro de 1822 o seu periódico. (RIZZINI, 1957; FERREIRA, 2006.) Protótipo do intelectual das Luzes, estudante de Coimbra, Hipólito da Costa era um liberal, humanista, cosmopolita e defensor da causa americana. Durante quase quinze anos produziu sua obra no exílio, produto do Iluminismo europeu e daqueles que procuravam levá-lo para as Américas.

Para o jornalista, historiador e político brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, o esforço de Hipólito da Costa pode ser considerado pioneiro em prol da independência do Brasil. Para ele, desde 1808 até 1822, o redator não fez outra coisa a não ser trilhar os caminhos da separação, da autonomia, da independência. Portanto, causador de eufóricas disputas, de intensos ataques, sua obra atravessou os primeiros anos do século XIX. Em suas publicações revelava uma considerável cultura e produzia uma informação abrangente, noticiando e advertindo os letrados em Portugal e no Brasil sobre uma variedade de temas. O gentílico usado pelo redator, “braziliense”, foi adotado e popularizou-se exatamente para distinguir entre os portugueses que continuavam em Portugal e os que nascessem e vivessem no Brasil, pois todos enfim eram portugueses. Edita sua obra visando preferencialmente os “brazilienses” nascidos ou estabelecidos no Brasil. Ainda no entender de Barbosa Lima, não podemos deixar de notar, já a partir deste fato, certo sinal de autonomia, pois se fazia uma distinção entre duas regiões que ainda eram apresentadas como um só corpo (SOBRINHO, 2001). O *Correio Braziliense* foi apreciado e disputado no Brasil, enquanto que em Portugal foi odiado e perseguido. De início o periódico não sente maiores entusiasmos pela personalidade do Príncipe Regente d. João VI, mas procura manter-se de acordo com a política de transferência da corte para o Rio de Janeiro. Hipólito da Costa poupava sempre o soberano em todas as edições e não é encontrada a mais leve descortesia a d. João. A publicação representava um amplo projeto político e cívico, mais do que um projeto jornalístico, e visava através da informação e do conhecimento a melhoria do homem e da sociedade. Escrevendo a partir de Londres, Hipólito encontrava-se refém das notícias de Portugal e do Brasil, as quais chegavam a sua mesa de trabalho meses após o acontecimento dos fatos (RIZZINI, op. cit. p. 114). Sua publicação foi pontual todos os meses até Dezembro de 1822 num total de 175 números e apresentava-se dividido em seções: «Política», «Comércio e Artes», «Literatura e Ciências», «Miscelâneas», nas quais eram relatados os acontecimentos da Europa e da América. O periódico chegava ao Brasil entre 45 a 90 dias depois de sua publicação, sendo distribuído nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre. Em Portugal era distribuído em Lisboa, Coimbra e Porto. Na secção «Política» predominava as “Coleções de Documentos Oficiais” relativos a Portugal e a outros países. Ao contrário de outros órgãos oficiais do governo, como a *Gazeta de Lisboa* ou a recém-lançada *Gazeta do Rio de Janeiro*, diários também voltados para a divulgação de atos dos governantes, o *Correio Braziliense* procurava, além de divulgar os atos, motivar seus leitores a discuti-los. O jornalismo em português realizado em Londres era fruto de uma geração de comerciantes portugueses que estavam a sofrer com medidas políticas e econômicas tomadas pela corte no Rio de Janeiro: a abertura dos portos do Brasil em 1808 e, posteriormente, o Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra; fatos que vieram agravar a situação de seus negócios. Neste contexto, as ideias liberais começaram a ser difundidas por meio da imprensa periódica produzida no

estrangeiro. É interessante observar, como anteriormente referido, que o surgimento desta imprensa na emigração portuguesa era apoiado por círculos de negociantes portugueses em Londres e também por exilados políticos. Verifica-se também que esta imprensa produzida no estrangeiro chegou a contar com um discreto apoio governamental do Rio de Janeiro através da embaixada. No caso específico do *Correio Braziliense*, poderíamos acrescentar o apoio de grandes negociantes do Brasil e, como se cogita, também com o discreto apoio do monarca (PAULA; LIMA, 2008). Posteriormente, alguns destes jornalistas, como Hipólito da Costa, acabaram por serem perseguidos pelas próprias autoridades portuguesas. É lícito reafirmar que o jornalismo português na emigração, principalmente o de Londres, principiou e difundiu de forma pioneira as ideias liberais em Portugal e no Brasil. Em certa altura, a coroa portuguesa tentou neutralizar especificamente o *Correio Braziliense* ao promover e financiar concorrentes diretos em Londres e proibir sua circulação em Lisboa e no Brasil. O enfrentamento do governo português seguia um padrão já estabelecido: primeiro, reprimir a publicação e a circulação do jornal; segundo, perseguir o responsável; terceiro, financiar publicações adversárias; e, quarto, “comprar” o jornalista. A polêmica sobre o financiamento do periódico está ligada com a repressão que o mesmo sofreu pelo governo português. Situações um tanto obscuras e contraditórias levam os estudiosos dos documentos e dos fatos ocorridos durante negociações entre o governo português e representantes de Hipólito da Costa, a cogitarem a hipótese do próprio monarca ter sido um financiador do periódico por intermédio de seu Intendente Geral de Polícia no Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana. O Príncipe Regente esteve sempre muito bem informado de todas as negociações para um possível “controle” do periódico. Um acordo poderá ter sido efetivado entre o representante do monarca e o enviado de Hipólito. Tal confirmação poderá ser verificada quando se faz a leitura da correspondência entre o representante de Hipólito, Heliodoro Carneiro e o Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana. Nesta verifica-se que Heliodoro refere-se ao *Correio Braziliense* como um “jornal de S.M., e não criado pelos ministros para os seus fins (...)” (PAULA e LIMA, op. cit. p.152). Pode-se deduzir que um acordo poderá ter sido realizado, que o monarca chegou a financiar o jornal talvez por algum tempo, com um caráter “supraministerial”. Ao criticar e vigiar as ações dos governantes portugueses e de pessoas diretamente ligadas a d. João, e nunca tecer críticas diretamente ao monarca, o periódico funcionaria para o Príncipe Regente como um veículo de informação de seu governo. Desta forma, deduz-se que o monarca utilizava de uma liberdade de informação que não havia dentro do Reino, onde se praticava uma censura rígida sobre qualquer publicação. A questão do financiamento do *Correio Braziliense* também passa pelos comerciantes com grandes interesses econômicos no Brasil, inclusive comerciantes de escravos. Como sabemos, Hipólito defendia a abolição da escravatura de forma gradual e sempre alertava sobre possíveis efeitos que poderiam surgir de uma abolição sem que se tivesse em mente alternativas viáveis; enfim, defendia uma gradual e prudente extinção da escravatura sob pena de uma convulsão danosa à nação. A manutenção da escravatura era para ele uma contradição, ao se pretender construir uma nação livre e um sistema de liberdade constitucional. É importante ressaltarmos que Hipólito foi um grande defensor das questões brasileiras, promovendo o debate sempre que possível em diversas frentes, mas sempre defendendo o sistema monárquico e a casa de Bragança assim como a união entre Portugal e Brasil. Somente quando a independência parecia já consumada que o redator passou a defendê-la; portanto, a causa independentista é assumida em sua redação apenas em seus últimos números. Quando eclode a revolução no Porto ele foi um dos que lutaram pela permanência no Brasil do agora rei d. João VI, prevendo que, com um possível retorno do monarca à Portugal teria o Brasil também o seu retorno à antiga condição colonial. Defendia Hipólito que este retorno não seria mais pos-

sível, e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido em 1815 fornecera uma projeção internacional à futura nação brasileira, assim como um avanço nas questões políticas e econômicas. Com a Revolução Constitucionalista no Porto em 1820 os interesses de Portugal tornaram-se claros e iniciou-se assim o debate em torno da submissão da antiga colônia, fechamento dos órgãos e instituições ali implantados pela corte portuguesa e a condição de retorno do rei, variáveis que conduziram o redator a denunciar o espírito colonialista que as questões investiam. Para ele desaparecia o caráter de união e retornava-se ao caráter de sujeição. A ação do *Correio Braziliense* neste momento é de fundamental importância, pois ao conduzir a questão brasileira e, ao mesmo tempo, associá-la a d. Pedro, herdeiro do trono, fazia com que a intransigência e restrições das cortes portuguesas fossem como que associadas a ambos: quaisquer restrições ao Brasil seriam também restrições a d. Pedro. Passou então Hipólito da Costa a defender a presença do herdeiro em terras brasileiras, o que seria indispensável à condução de uma futura independência. Com a permanência do herdeiro e a partida do rei para Portugal, Hipólito passa a defender a formação de um governo central de caráter provisório no qual d. Pedro estivesse à frente, e paralelamente que fossem convocados deputados das diversas províncias do Brasil. O seu caráter liberal está bem exposto ao defender a presença de representantes do povo na composição deste novo governo, e de que era também preciso indagar qual era a vontade geral manifestada por meio dos representantes das províncias, portanto, a elaboração de um sistema constitucional. A causa separatista foi-se desenvolvendo gradualmente ao longo dos anos, mas nas publicações do *Correio Braziliense* vê-se que o periódico sempre se mostrou favorável à manutenção da união entre Brasil e Portugal; posição que veio a alterar em fins de 1821, como dito anteriormente. Em Junho de 1809 nota-se que Hipólito da Costa chama a atenção para as razões de queixa do Brasil contra Portugal, e, a seguir, acusa o despotismo colonial de ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico da colônia. Em Abril de 1810 defende a unidade da administração e das leis. A partir de Novembro de 1810 já aparece com certo caráter autonomista ao afirmar que a presença da corte no Rio de Janeiro não teve como consequência a ascensão de qualquer natural do Brasil a um alto posto no governo, sendo estes mesmos cargos reservados em exclusivo aos “europeus”, “estrangeiros”. Na edição de Fevereiro de 1816, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves é saudada com entusiasmo, e, em 1817 o periódico publica uma carta em que são notórios os sinais de insatisfação com o governo e o surgimento de uma efervescência política em Pernambuco, que culminou posteriormente com a sangrenta Revolução Pernambucana de 1817. Hipólito, neste caso dos revoltosos de Pernambuco, mantém certa distância dos confrontos e não faz alinhamento direto com a insurreição. A ocorrência de revoltas no território brasileiro leva o redator a abraçar a causa da união do território e assim impedir o desmembramento do país, estando ele cada vez mais consciente de uma futura emancipação. Após a Revolução de 24 de Agosto de 1820 no Porto, Hipólito pronuncia-se repetidamente contra a separação do Brasil, que considera a cabeça do Reino Unido. Em Setembro defende a manutenção do Reino Unido, e em Outubro denuncia o início de uma campanha “anti-brasilica” em Portugal com o objetivo de criar divisões entre ambos e fomentar uma possível união luso-espanhola. Nesta altura, o processo separatista parecia não ter volta e o *Correio* na sua edição de Março de 1821 afirma que o radicalismo das Cortes em Portugal ameaça fazer regressar o Brasil ao estado de colônia. Já no ano a seguir, 1822, o periódico invoca uma solução dinástica, e em Março apresenta uma proposta moderada para uma solução autônoma do Brasil, conservando-se a união dinástica. Em Junho de 1822 encontrava-se rendido à desunião de Portugal e Brasil. Em carta dirigida a seu irmão Saturnino, residente no Brasil, aconselhava-o a não exercer o mandato do Rio Grande do Sul nas cortes de Lisboa, “por de nada servirem os deputa-

dos do Brasil”, e ainda manifestava o desejo de retornar ao Brasil; ao Rio Grande (RIZZINI, op. cit. p.46). Em Outubro de 1822 o periódico comenta a futura Independência do Brasil que para o redator já estava em curso desde três de Junho de 1822, data do decreto por meio do qual D. Pedro convocou a Assembleia Constituinte do Brasil.

Hipólito da Costa elaborou ainda um “Projeto de Constituição Política do Brasil” o qual previa um papel ativo para o rei. Além de depositário principal do poder Executivo (artigos 53 a 61), participava com um peso determinante no Legislativo. O poder Legislativo dependeria de três autoridades: 1- O rei; 2- O Conselho de Estado; 3- Os representantes (artigo 4). Fica patente neste projeto o acolhimento dado pelo redator ao conceito de poder real, teorizado por Benjamin Constant e que viria ter consagração explícita na Constituição do Império do Brasil de 1824 e na Carta constitucional portuguesa de 1826 com o nome de poder Moderador. Ainda neste projeto, deixava Hipólito referências quanto à liberdade de imprensa, liberdade que o motivou e o acompanhou ao longo de toda a edição de seu periódico. No artigo 46 do referido “Projeto de Constituição Política do Brasil” pode-se ler: “Que não se impeça a faculdade de pensar ou de publicar os pensamentos por palavra ou por escrito, salvas as calúnias” (LUSTOSA, 2008).

Em Dezembro de 1822 Hipólito deixa de publicar o *Correio Braziliense*. Confiante no futuro do país talvez acreditasse que seu periódico não fosse mais necessário e que outros redatores “brazilienses” seguiriam seus passos na busca da consolidação deste novo Brasil que emergia.

Hipólito da Costa faleceu no dia 11 de Setembro de 1823, aos 49 anos, em sua residência situada em LowerPhilimorePlace, 7, Kensington, nove dias antes de assinar-se no Rio de Janeiro o decreto de sua nomeação para Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra. Foi sepultado na igreja St. Mary the Virgin, em Huley-on-Thames, condado de Berkshire. Homem revolucionário e com uma visão de futuro, incansável em sua luta pela emancipação do Brasil, pelo desenvolvimento da nação e pela construção da cidadania, havia sido indicado por José Bonifácio de Andrada para esta missão diplomática. Não teve tempo para o cargo e nem para contemplar o Brasil, alvo constante de seus pensamentos. Antecipando um futuro para a nova nação, profeticamente Hipólito da Costa chegou a recomendar que se transferisse a capital do Rio de Janeiro para o interior, “menos por razões militares do que para atender objetivos de ordem econômica e demográfica”. Para valorizar tão grande esforço, Brasília, a nova capital da República Federativa do Brasil inaugurada em 21 de Abril de 1960, deu ao seu principal jornal o nome de *Correio Braziliense*, fato notável e importante, marco histórico para aquele que foi o primeiro jornal brasileiro independente. Em 2001 seus restos mortais foram transladados de Londres para Brasília e se encontram nos Jardins do Museu da Imprensa Nacional.

Considerações finais

Na fase final de seu trabalho como redator do *Correio Braziliense*, mais precisamente em Julho de 1822, Hipólito veio a assumir novo posicionamento em relação uma possível independência do Brasil, visto que ele era favorável à continuidade da união política entre Portugal e o Brasil sob a forma de uma monarquia constitucional. Com a ocorrência da Revolução do Porto e a “Constituinte” portuguesa, houve uma nova abordagem do redator sobre esta questão. Ele temia acima de tudo uma “independência intempestiva” ou o retorno do Brasil a uma situação de colônia. Sua mudança de atitude deu-se no quadro dos debates nas Cortes portuguesas, formadas a partir da Revolução de 1820 quando são discutidas diversas medidas no sentido de “recolonizar” o Brasil. O apoio de Hipólito da Costa às cortes constituintes de Lisboa pode ser verificado até Dezembro de 1821, sempre em sintonia com a sua luta

pela união da monarquia e contra os movimentos populares e rebeliões que pudessem afetar esta união. Observamos que o apoio às cortes foi considerável, com exceção no episódio do envio de tropas militares para conter revoltosos no Brasil e na questão da censura, que nunca poderia ter o seu apoio pelo que conhecemos de sua trajetória. Julgava ele que os brasileiros ainda estavam imaturos para viverem “sobre si mesmos”, sem se resvalarem para a anarquia e a dilaceração territorial. Neste contexto, compreendendo a fatalidade da separação, queria o redator que a mesma ocorresse o mais tarde possível e assim, se pudesse aprender com a experiência política de Portugal. Hipólito sempre seguiu de perto a movimentação das Cortes Constituintes e, ao constatar que se intentava fazer leis apenas para os portugueses de Portugal, chegou a advertir: “Esta omissão nos parece um passo decisivo para a separação de Portugal do Brasil, o que na verdade sentimos que venha a ser um dos efeitos desta revolução” (CORREIO BRAZILIENSE, vol. 25, p. 707). Em seu periódico, ele “versou e debateu”, quase todos os problemas fundamentais que interessavam as necessidades e a cultura do seu tempo. Educado na escola mercantilista, como era o normal em sua época, ao passar à Inglaterra aderiu de forma quase natural às pregações de Adam Smith e à doutrina liberal. Neste contexto, é natural que o redator do *Correio Braziliense* tenha adotado os valores do sistema constitucional inglês e que o seu liberalismo tenha a marca da moderação como método de evolução política. Concluímos que o alvo preferencial do *Correio Braziliense* era o de promover o progresso do Brasil, erguendo-o de colônia à nação, ainda que nação portuguesa unida a Portugal e sob o sistema monárquico-representativo. A causa abolicionista foi frequentemente abordada pelo periódico. Hipólito esperava que o problema fosse resolvido em poucos anos, ao consolidar-se a autonomia do novo Estado e organizada as novas bases da economia nacional. A questão teve ainda que esperar por mais 66 anos para ser resolvida em solo brasileiro. Em relação ao futuro do Brasil e a causa abolicionista assim escreveu Hipólito da Costa: “Da continuidade da escravatura no Brasil deve sempre resultar uma educação que fará os homens menos virtuosos e mais susceptíveis a submeterem-se ao governo arbitrário de seus superiores” (CORREIO BRAZILIENSE, vol. 15, p. 735 – 739). A questão era polêmica e pode-se concluir que na concepção do redator a abolição da escravatura deveria ser gradual, sendo o assunto tratado com cautela por constituir um ponto sumamente delicado e de grande dificuldade.

Hipólito escreveu sempre se posicionando contra os privilégios e os monopólios, preferindo o comércio livre ao administrado. O redator tinha plena consciência das desigualdades estruturais dos dois países desigualmente dotados, como verificado no caso dos tratados “desiguais” negociados pela potência inglesa com os países mais fracos, a começar por Portugal. Acreditava que depois da experiência do Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra, convinha ao Brasil regular o seu comércio sem novos compromissos, “sem se atar em relação a um futuro ainda mal desconhecido”. Hipólito despede-se de seus leitores na página 623 do nº 175. Para ele os últimos acontecimentos no Brasil tornaram desnecessário seu trabalho. Escreveu o redator: “recolher novidades estrangeiras para aquele país quando a liberdade de imprensa nele, e as muitas gazetas que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho dantes tão necessário”.

Como dito anteriormente, o periódico não se ocupou somente das questões relativas ao Brasil, sendo um periódico amplo, com informações variadas sobre os dois lados do Atlântico. Um redator apaixonado por sua terra e intelectual das luzes, conduziu com suas palavras e ideias não somente os portugueses, mas principalmente os “brazilienses” para um futuro progressista e liberal. A sua adesão à maçonaria pode ter facilitado o seu longo e metódico trabalho de conscientização política, social e econômica.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. In: Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (Orgs). **A Abertura dos Portos**. São Paulo, Editora Senac, 2007.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Hipólito e seu tempo: O nascimento do pensamento econômico brasileiro. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Uma longa despedida. Cartas Familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. GUILLAMET, Elisabet-Carceller (Coord.). **Cartas do Rio de Janeiro, 1811 – 1820. Luís Joaquim dos Santos Marrocos**. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente, (Orgs). **Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sórias da Universidade de Lisboa, Dezembro de 2010.
- COSTELLA, António F. Cronologia Pessoal. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. Londres: Impresso por W. Lewis Paternoter-Row; L. Thompson e R. Greenlaw. Edições de Jun de 1808 a Dez de 1811. Edição Fac-Similar. São Paulo. Imprensa Oficial, 2008.
- DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1957.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. O Pensamento político de Hipólito José da Costa. **REVISTA DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDÉIAS**. Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- GUERRA, Lauryston Pereira. A presença da Família Real no Brasil e a dicotomia RJ – Lisboa. O novo Reino contra o velho Reino. **Guerra Peninsular: prelúdio Liberal do tecido Político-Social e a transformação do Aparelho Militar Português**. Lisboa, Instituto Superior de Estudos Militares, 2010.
- JUNIOR, Álvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; PAPUCCI, Cleide Antônia. (Orgs.) **Intelectuais e Imprensa. Aspectos de uma complexa relação**. São Paulo. Nankin Editorial, 2009.
- LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- _____ Uma Imprensa ilustrada: os primeiros jornalistas brasileiros e seu lugar no mundo português.
- JUNIOR, Álvaro Santos Simões; CAIRO, Luiz Roberto; PAPUCCI, Cleide Antônia. (Orgs.) **Intelectuais e Imprensa. Aspectos de uma complexa relação**. São Paulo. Nankin Editorial, 2009.
- PAULA, Sérgio Goês de; LIMA, Patrícia Souza. Os Paradoxos da Liberdade. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense**. Vol. XXX, Tomo 1, Estudos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2008.
- RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957.
- SOBRINHO, Alexandre Barbosa Lima. Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. **Correio Braziliense ou Armazém Literário**. Edição Fac-Similar. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.
- TENGARRINHA, José. **História da Imprensa periódica portuguesa**. 2º ed. revista e aumentada. Lisboa, Caminho, 1989.